

RECURSO ESPECIAL Nº 1.618.896 - DF (2016/0207892-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
RECORRIDO : LCC EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCAO LTDA
RECORRIDO : CONSTRUTORA SANTA MARIA LTDA - ME
RECORRIDO : XANADU ADMINISTRACAO DE IMOVEIS S/A
RECORRIDO : MÉDIA CONSTRUÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S/A
RECORRIDO : POK CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA - ME
RECORRIDO : GRUPO OK CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
RECORRIDO : SAENCO - SANEAMENTO E CONSTRUCOES LTDA
RECORRIDO : PALMA CONSTRUCOES E PARTICIPACOES S/A
RECORRIDO : FUTEBOL CLUBE SAMAMBAIA S/C LTDA
RECORRIDO : JK FUTEBOL CLUBE S/C LTDA - ME
RECORRIDO : PARTPAR ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA
RECORRIDO : BSB ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA - ME
RECORRIDO : GEAC CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA
RECORRIDO : BRASILIENSE FUTEBOL CLUBE
RECORRIDO : DATA CONTRUÇÕES E PROJETOS LTDA
RECORRIDO : PARK WAY ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA - ME
RECORRIDO : EPS PRESTACAO DE SERVICO NA CONSTRUCAO CIVIL LTDA
RECORRIDO : EGA - ADMINISTRACAO, PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA
RECORRIDO : PARTICIPACOES SERVICOS LTDA
RECORRIDO : ANA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES SA
RECORRIDO : CABIRIA CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS S/A
RECORRIDO : BONDOK ADMINISTRACAO, INCORPORACOES E PARTICIPACOES LTDA
RECORRIDO : SANTA FÉ CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
RECORRIDO : JB GESTORA DE ATIVOS E PARTICIPACOES S/A
RECORRIDO : LCC CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A
RECORRIDO : KBR CONSTRUCOES E PARTICIPACOES S/A
ADVOGADO : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(S) - DF012330
AGRAVANTE : GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
AGRAVANTE : LCC EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCAO LTDA
AGRAVANTE : CONSTRUTORA SANTA MARIA LTDA - ME
AGRAVANTE : XANADU ADMINISTRACAO DE IMOVEIS S/A
AGRAVANTE : MÉDIA CONSTRUÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S/A
AGRAVANTE : POK CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA - ME
AGRAVANTE : GRUPO OK CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
AGRAVANTE : SAENCO - SANEAMENTO E CONSTRUCOES LTDA
AGRAVANTE : PALMA CONSTRUCOES E PARTICIPACOES S/A
AGRAVANTE : FUTEBOL CLUBE SAMAMBAIA S/C LTDA
AGRAVANTE : JK FUTEBOL CLUBE S/C LTDA - ME
AGRAVANTE : PARTPAR ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA

AGRAVANTE	: BSB ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA - ME	
AGRAVANTE	: GEAC CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA	
AGRAVANTE	: BRASILIENSE FUTEBOL CLUBE	
AGRAVANTE	: DATA CONTRUÇÕES E PROJETOS LTDA	
AGRAVANTE	: PARK WAY ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA - ME	
AGRAVANTE	: EPS PRESTACAO DE SERVICO NA CONSTRUCAO CIVIL LTDA	
AGRAVANTE	: EGA - ADMINISTRACAO, PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA	
AGRAVANTE	: PARTICIPACOES SERVICOS LTDA	
AGRAVANTE	: ANA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES SA	
AGRAVANTE	: CABIRIA CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS S/A	
AGRAVANTE	: BONDOK ADMINISTRACAO, INCORPORACOES PARTICIPACOES LTDA	E
AGRAVANTE	: SANTA FÉ CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	
AGRAVANTE	: JB GESTORA DE ATIVOS E PARTICIPACOES S/A	
AGRAVANTE	: LCC CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A	
AGRAVANTE	: KBR CONSTRUCOES E PARTICIPACOES S/A	
ADVOGADO	: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(S) - DF012330	
AGRAVADO	: FAZENDA NACIONAL	

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - DEFERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR EM EXECUÇÃO FISCAL - POSSIBILIDADE - LEI Nº 8.397/92, ART. 3º; PRESUNÇÃO LEGAL DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE TODOS OS INTEGRANTES DO GRUPO - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, ART. 124 - APLICABILIDADE - EMPRESA DE GRUPO ECONÔMICO INCLUÍDA NO POLO PASSIVO DA RELAÇÃO PROCESSUAL - ADMINISTRADOR CITADO NA CONDIÇÃO DE CORRESPONSÁVEL - LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM*, COM DIREITO À OPOSIÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO DÉBITO EXEQUENDO NÃO COMPROVADA.

- a) Recurso - Agravo de Instrumento em Execução Fiscal.
- b) Decisão de origem - Deferidas a desconsideração da personalidade jurídica e o arresto de bens à asserção de conduta fiscal ilícita e prática de atos abusivos na administração das sociedades.

1 - Em medida cautelar contra sociedades controladas, informalmente, por um grupo econômico, incabível discussão sobre ilegitimidade passiva ad causam porque há presunção legal de responsabilidade solidária entre todos os integrantes do grupo (Código Tributário Nacional, art. 124, e seu parágrafo único).

2 - Indeferida suspensão da exigibilidade do débito exequendo em decorrência de parcelamento, pois, consoante asseverado pelo juízo de origem, obtido irregularmente, fora rescindido, NÃO havendo PROVA INEQUÍVOCA de que o acordo tenha sido renovado, ressaltando que caso esse tenha ou venha a ser renovado ou firmado novo acordo, deve essa prova ser feita no juízo de origem a fim de que ele possa examiná-la e sobre ela se pronunciar, evitando-se supressão de Instância.

3 - 'De acordo com a jurisprudência dos tribunais, citado na qualidade de corresponsável no processo de execução fiscal, o devedor não detém legitimidade para opor embargos de terceiro, mas, sim, embargos à execução' (AC nº 2009.50.01.004765-6/RJ - Relator: Juiz Federal Theophilo Miguel (Convocado) - TRF/2ª Região - Terceira Turma Especializada - Unânime E-DJF2R 16/6/2011 - pág. 110).

4 - Ocorrida a exclusão de programa de parcelamento, inscrito o crédito em dívida ativa, com o consequente ajuizamento – ou prosseguimento – da Execução, lídima a pretensão dos Agravantes quanto à oposição dos respectivos Embargos. Logo, equivocado o entendimento de que estaria 'precluso o direito de embargar a execução', merecendo reparo, nessa parte, a decisão agravada (fls. 4.171).

5 - Agravo de Instrumento provido em parte.

6 - Decisão reformada parcialmente" (fls. 4.581/4.582e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 4.716/4.721e).

No Recurso Especial da FAZENDA NACIONAL, aviado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/73, 16 da Lei 6.830/80 e 1º, § 2º, da Lei 10.684/2003.

Recurso Especial admitido (fls. 4.844/4.846e).

O recurso não pode ser conhecido.

Com efeito, tendo em conta que o Recurso Especial da parte **ex adversa**, interposto nestes mesmos autos, restou provido, com determinação de rejugamento dos Embargos de Declaração, aviados no âmbito do Tribunal de origem, tem-se que a jurisdição ordinária ainda não se encontra esgotada, do que resulta a impossibilidade de conhecimento do presente Recurso Especial fazendário.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial interposto pela FAZENDA NACIONAL.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora